

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRA/SERVIÇO REFERENTE AO DFD Nº 033/2026

Município de Boa Vista do Incra.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

Necessidade da Administração: Contratação **urgente** de Engenheiro Mecânico para serviço de Vistoria veicular para os veículos da Secretaria de Educação.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação visa a contratação de profissional Engenheiro Mecânico, através do termo de Credenciamento nº 168/2025, Chamamento Público 001/2025 realizado pelo COMAJA, com a finalidade de emissão de laudos de vistorias para os veículos do transporte escolar e demais veículos da Secretaria de Educação, conforme exigência do Código de Trânsito Brasileiro, para verificar se os veículos estão em boas condições de conservação e manutenção, atestando se os mesmos apresentam condições de uso dos equipamentos obrigatórios, conforme Art. 136, parágrafo II.

Se trata de uma necessidade urgente de realização de vistoria veicular nos veículos da frota da Secretaria de Educação, uma vez que a maioria dos veículos encontra-se com o prazo regulamentar para a inspeção perto do vencimento, o que pode inviabilizar o licenciamento e a circulação dos mesmos. A situação caracteriza-se como urgente, pois a falta da vistoria impede a regularização documental da frota, expondo o patrimônio público a autuações e, mais grave, colocando em risco a integridade física dos usuários, uma vez que a vistoria é condição indispensável para atestar as condições de segurança dos veículos. Dessa forma, a contratação imediata se faz necessária para garantir a continuidade das atividades fins da Secretaria e o cumprimento de suas obrigações legais.

Diante desse cenário, o Município já participa do credenciamento junto ao COMAJA, conforme edital em anexo, razão pela qual a presente contratação se dará por meio de inexigibilidade de licitação, fundamentada na natureza singular do serviço e na notória especialização do órgão credenciado.

Item	Quant	Un	Descrição
01	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO ÔNIBUS PLACA: IVT 7353 CHASSI: 9BM384069EB947568 Ano/mod: 2014 M.BENZ/OF 1519 R.ORE -
02	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO ÔNIBUS PLACA: JBG5C91 CHASSI: 93PB58M10NC067697 Ano/mod: 2022 M.POLO/VOLARE V8L 4X4 EO -
03	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO ÔNIBUS PLACA: JBG7F58 CHASSI: 93PB58M10MC064275 Ano/mod: 2021 M.POLO/VOLARE V8L 4X4 EO
04	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO ÔNIBUS PLACA: MLX0178. CHASSI: 9BM382177DB914181. Ano/mod :2013. M.BENZ/MASCA
05	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO VAN PLACA: JBZ4D58 CHASSI: 8AC907855PE228219 Ano/mod :2023 I/M.BENZ 517 SPRINTER A3
06	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO CARRO PLACA: IYR3968 CHASSI: 9BM384069EB947568 Ano/mod: 2018/2019 VW/VOYAGE 1.6L
07	7,00	HR	SERVIÇO DE VISTORIA COM EMISSÃO LAUDO PARA VEÍCULO CARRO PLACA: JDA4A64 CHASSI: 935CNFC51SB523029 Ano/mod: 2024/2025 CITROEN/C3AIRCROSS FL 7 -

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Boa Vista do Incra de 2026, como se vê:

- Elemento de despesa: Material para manutenção de veículos.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviço de vistoria veicular têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os serviços deverão ser prestados na sede da contratante, ficando os custos com transporte por conta da contratada.

A convocação para a execução do serviço será feita, tão logo seja homologado o mesmo, imediatamente após a solicitação e/ou assinatura do contrato, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

R.ato

02

O prazo de vigência do contrato será de 1 ano, um serviço de vistoria para todos os veículos será executado logo após a assinatura do contrato e o próximo será executado após 6 meses.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais designados através da comissão, bem como por pelo menos um motorista efetivo lotado na Secretaria Municipal de Educação.

A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato.

São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando a prestação de serviço do objeto não observar a forma estipulada no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – Prestar o serviço OU FORNECER O OBJETO de acordo com as especificações, e prazos do instrumento de contratação direta e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, a prestação do serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em instrumento de contratação direta e no presente contrato.

Reato

HIPÓTESES DE SANÇÃO:

A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- I - multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.
- II - multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato;
- IV - Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

RESCISÃO CONTRATUAL:

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro o último serviço realizado.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de pessoa jurídica para prestar serviço de profissional Engenheiro Mecânico, com a finalidade de emissão de laudos de vistorias

R. S. S.

04

para os veículos do transporte escolar e demais veículos da Secretaria de Educação. Neste sentido, segue indicação de potenciais prestadores de serviços:

Nesse sentido, segue a indicação de potenciais fornecedores:

- RODRIGO VICENTE LTDA CNPJ: 50.431.703/0001-42

Tal referência foi indicada pelo fato de ser o Engenheiro Mecânico mais próximo do município, conforme item 12.9.1 Chamamento Público 001/2025, Chamamento Público 001/2025 realizado pelo COMAJA, o mesmo está credenciado no termo de Credenciamento nº 168/2025 no qual o município é participante.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 5.194,00.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 50/2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme constatado no Estudo Técnico Preliminar - ETP, a solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços especializados para revisão do veículo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, sendo que a execução do objeto deverá acontecer de forma imediata, um serviço de vistoria para todos os veículos será executado logo após a assinatura do contrato e o próximo será executado após 6 meses.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo administrativo de serviço, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os possíveis fornecedores, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo administrativo de serviço exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

Ficam indicados os seguintes funcionários que deverão exercer a função de fiscal e suplente de fiscal do contrato, respectivamente, conforme disposto na Portaria nº 439/2025. Ficando na seguinte ordem:

- Fiscal- Vagner Felipe Biazzi
- Suplente de Fiscal- Rosane da Rosa Pereira

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Este estudo não identificou a necessidade de realizar a contratação acessória e/ou interdependente.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Este estudo não identificou possíveis impactos ambientais.

R. S. T.

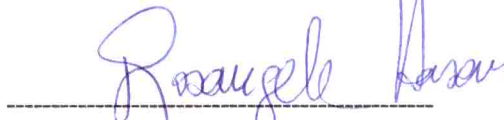
1

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.



RENATO CAMARGO
Chefe do Setor de
Transporte escolar



ROSANGELA HASAN
Secretária Municipal de Educação, Cultura,
Desporto, Lazer e Turismo

Boa Vista do Incra, 23 de Março de 2026.